

## PADRONIZAÇÃO CURRICULAR NA FORMAÇÃO CONTINUADA: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NOSO ENSINO MÉDIO

**JULIANA DA ROCHA DOS SANTOS<sup>1</sup>; LÍVIA DA SILVEIRA LAPUENTE<sup>2</sup>;**  
**MARIA LEONOR SANTOS PEREIRA FEIJÓ<sup>3</sup>; ÁLVARO MOREIRA**  
**HYPOLITO<sup>4</sup> SIMONE GONÇALVES DA SILVA<sup>5</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – [julianadarocha67@gmail.com](mailto:julianadarocha67@gmail.com)*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – [livialapuente@gmail.com](mailto:livialapuente@gmail.com) <sup>3</sup>*Universidade Federal de Pelotas – [mariafeijopkn@gmail.com](mailto:mariafeijopkn@gmail.com)**

<sup>4</sup>*Universidade Federal de Pelotas – [silva.simonegon@gmail.com](mailto:silva.simonegon@gmail.com)*

<sup>5</sup>*Universidade Federal de Pelotas – [alvaro.hypolito@gmail.com](mailto:alvaro.hypolito@gmail.com)*

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em um recorte do projeto de pesquisa em andamento intitulado "Redes Globais de Governança, BNC-Formação e Ensino Híbrido: implicações para o currículo e trabalho docente", vinculado ao grupo de pesquisa CEPE: Centro de Estudos em Políticas Educativas: Gestão, Currículo e Trabalho Docente da FAE/UFPEL. O objetivo desta pesquisa é realizar uma análise do programa 'Nosso Ensino Médio', iniciativa desenvolvida pelo Movimento pela Base em parceria com outras instituições privadas, responsáveis, também, por articular a criação e implementação da BNCC nas escolas de Educação Básica por todo país. Conforme estudo de Hypolito (2019, p.194), a BNCC é um modelo de padronização curricular gerencialista que, ao envolver parcerias público-privadas e a terceirização da produção de materiais didáticos e sistemas apostilados, além da inclusão de plataformas digitais para gestão educacional, acaba por retirar das escolas e dos professores o controle sobre o conteúdo e os métodos de ensino.

Nesse sentido, este estudo busca analisar os objetivos e estratégias do programa que, segundo descrição em seu site, é "Um programa gratuito de formação continuada de professores, gestores escolares e formadores." e "É o mais completo e inovador conteúdo do Brasil na formação de educadores para as mudanças previstas para o Ensino Médio". Dessa forma, pretende-se contribuir para as discussões no campo das políticas educacionais com temas relacionados à pesquisa em andamento.

### 2. METODOLOGIA

A pesquisa fundamentada na abordagem de análise de redes, proposta por Ball (2014), consiste num conjunto de atividades, tais como o levantamento de dados nos *sites* de divulgação de atores estatais e não estatais envolvidos com o programa e o Movimento pela Base. O percurso metodológico realizado consistiu na utilização de um recorte do mapeamento realizado sobre diversas instituições não-governamentais. Embora a pesquisa tenha abrangido várias dessas instituições, o enfoque do presente trabalho se deu a partir do resultado obtido no levantamento realizado no site do Movimento pela Base. Como embasamento teórico, serão utilizados principalmente os trabalhos de Tarlau e Moller (2020) intitulado "O consenso por Filantropia: Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil", o estudo de Andressa Costola e Raquel Fontes Borghi (2018) intitulado "Os reformadores empresariais e as políticas educacionais: análise do

movimento todos pela base nacional comum." e o estudo de Gonçalves e Hypolito (2022) intitulado "Políticas Curriculares para a formação docente e a fabricação da docência gerencialista".

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Criado em 2013, por meio de parcerias entre fundações privadas e organizações da sociedade civil, o Movimento pela Base tem como principal objetivo padronizar os currículos escolares, partindo do princípio de que há conteúdos essenciais a serem assegurados em cada etapa da educação básica. Sob essa lógica, surge o programa Nosso Ensino Médio, uma iniciativa voltada à formação de professores e gestores escolares para implementação da reforma do Ensino Médio, conforme diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Partindo desse ponto, o presente estudo tem como propósito analisar a plataforma em questão, destacando sua estrutura, promessas e colaboradores envolvidos. Para uma melhor compreensão, a análise foi dividida em duas abordagens: a primeira diz respeito aos elementos que compõem o site do programa; e a segunda centra-se nos objetivos e nas promessas do projeto, além da caracterização dos responsáveis e apoiadores institucionais.

Em relação à primeira abordagem, ao acessar a página "Sobre", observa-se que a plataforma se apresenta como um programa gratuito e aberto, com trilhas formativas destinadas a professores, gestores e formadores. Os conteúdos são organizados de forma modular, com foco em competências docentes, comunidades de aprendizagem e flexibilidade formativa. Há também destaque para a "homologia de processos", como forma de os educadores vivenciarem, nas formações, as práticas que se pretende implementar nas escolas. No entanto, apesar do discurso de flexibilidade e protagonismo docente, o conteúdo disponibilizado é previamente estruturado por instituições privadas como o Instituto Reúna, o Instituto iungo e o Itaú Educação e Trabalho, restringindo a autonomia dos professores quanto à condução da prática pedagógica e reforçando mais uma vez a perspectiva gerencialista da docência, que prioriza a eficiência e a padronização (Gonçalves e Hypolito, 2022).

Navegando na página nota-se uma ênfase indireta no desempenho escolar e na necessidade de melhorar os índices de aprendizagem por meio da implementação da BNCC. A inserção de ferramentas, guias e pautas prontas pode ser compreendida como um processo de prescrição curricular, que se aproxima da lógica de eficiência e performatividade, também destacada por Gonçalves e Hypolito (2022), quando analisam a consolidação da docência gerencialista no contexto da nova gestão pública.

O site oferece ainda sugestões de como os gestores devem conduzir os momentos formativos em suas redes, o que remete à criação de uma cultura de controle, típica de reformas educacionais centralizadas. Essa cultura, segundo os mesmos autores, impacta diretamente o trabalho docente, uma vez que impõe um modelo de professor pautado na adaptação e na conformidade dos currículos prescritos e não na crítica e na autonomia pedagógica.

No que diz respeito à segunda abordagem, os objetivos e colaboradores da plataforma, observa-se que o site apresenta a proposta como um esforço coletivo que conta com a participação de redes estaduais de ensino, docentes e especialistas. No entanto, como destacado anteriormente, a iniciativa é liderada e mantida por instituições como o Instituto Reúna, Instituto Iungo e a Fundação Itaú, todas com forte presença em outras ações do Movimento pela Base e com vínculos diretos com o setor financeiro e fundações empresariais. De acordo com o estudo de Costola e Borghi (2018), tais iniciativas, mesmo se apresentando como parte da sociedade civil ou como entidades sem fins lucrativos, exercem influência direta nas políticas públicas educacionais por meio da produção de materiais, diretrizes e formações. As autoras argumentam que essas instituições, ao defenderem a padronização curricular e o uso de materiais “inovadores”, acabam reforçando uma lógica tecnicista que privilegia o uso de materiais, técnicas e tecnologias ligadas ao capital e à produtividade em detrimento de uma educação crítica, democrática e emancipatória.

Nesse sentido, o que se observa é a forte presença da lógica de “consenso por filantropia”, conceito elaborado por Tarlau e Moeller (2020), que descreve a influência das redes privadas no setor público:

Quando recursos materiais, produção de conhecimento, poder da mídia e redes formais e informais são usados por fundações privadas para obter um consenso entre múltiplos atores sociais e institucionais em apoio a uma determinada política pública, a despeito de tensões significativas, transformando a política pública em questão numa iniciativa amplamente aceita” (TARLAU; MOLLER, 2020, p. 554).

No site do programa há também um processo de naturalização dessa influência por meio da sua difusão como “necessárias” e “urgentes”, o que conforme as autoras se torna especialmente eficaz em contextos de crise ou de necessidade de rápida adaptação às mudanças curriculares, como é o caso do Novo Ensino Médio, que altera significativamente a organização da etapa final da educação básica. Tais transformações são promovidas como soluções técnicas e inevitáveis, sem o devido debate público e democrático.

O Movimento afirma que “o programa também é baseado em evidências nacionais e internacionais sobre formações continuadas eficazes...” evidenciando mais uma vez que esses documentos são frequentemente comparados pelo próprio movimento a experiências curriculares internacionais consideradas “exemplos” para a rede - boas práticas. No entanto, o artigo “Políticas Curriculares para a Formação docente e a fabricação da docência Gerencialista” de Gonçalves e Hypolito (2022), indica que essa abordagem pode resultar em uma adoção acrítica de modelos estrangeiros, sem considerar as particularidades e necessidades locais.

Por fim, vale destacar que, conforme apontado por Gonçalves e Hypolito (2022), esse movimento de reconfiguração do trabalho docente também envolve a responsabilização dos professores por resultados educacionais. Quando os índices de desempenho não são alcançados, os educadores são frequentemente culpabilizados, sem que se leve em consideração as condições reais de trabalho, a infraestrutura das escolas ou o contexto socioeconômico dos estudantes.

## 4. CONCLUSÕES

A discussão sobre a plataforma Nossa Ensino Médio possibilita compreender as estratégias do Movimento pela Base e de seus parceiros privados na implementação da reforma do Ensino Médio no Brasil. O objetivo central foi apresentar os principais elementos da plataforma e refletir sobre sua influência como fonte de orientação formativa para professores e gestores escolares, bem como seu papel na produção de sentidos e diretrizes para a política educacional brasileira. A análise permitiu levantar questionamentos significativos sobre a presença e a atuação de instituições privadas no campo da educação pública, especialmente por meio da produção de conteúdos formativos alinhados à BNCC, o que revela uma lógica de padronização e gerencialismo docente. Ao considerar os pressupostos e repercussões da proposta formativa do programa, esta análise crítica colaborou para o aprofundamento das reflexões sobre os desafios da educação brasileira, sobretudo diante do avanço de atores sociais não estatais que, por meio de estratégias de consenso por filantropia, passam a influenciar diretamente a formulação e implementação de políticas públicas.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTOLA, Andresa; BORGHI, Raquel Fontes. Os reformadores empresariais e as políticas educacionais: análise do movimento todos pela base nacional comum. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, v. 22, n. 3, p. 1313-1324, 2018.

MOVIMENTO PELA BASE. **PROGRAMA NOSSO ENSINO MÉDIO**, BRASIL, 2025. Acessado em 29 Jul. 2025. Online. Disponível em: <https://nossoensinomedio.org.br/sobre/>

SILVA, Simone G.; HYPOLITO, Álvaro M. Políticas curriculares para a formação docente e a fabricação da docência gerencialista. **Revista Textura**, v. 24 n. 59 p. 78-101 jul./set. 2022.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, 2020.